

## XXIII Conferência Internacional de Lisboa

### Sessão temática

### Prioridades para a Acção Externa de Portugal

### África e Cooperação

#### *Angola – uma nova oportunidade para a cooperação portuguesa*

Helder Oliveira . BPI

1. De acordo com todos os indicadores disponíveis e as análises mais qualificadas, a economia portuguesa defronta desafios complexos, quer no curto, quer no médio prazos. Designadamente:
2. No curto prazo tem pela frente uma crise orçamental difícil de superar e uma situação conjuntural no âmbito económico pouco estimulante, cujo futuro imediato é objecto de controvérsias e sobre cuja ultrapassagem parece não haver consenso entre analistas e políticos;
3. No médio prazo sofre as limitações de ter seguido um modelo de desenvolvimento que se encontra datado e para o qual ainda não se encontrou uma alternativa que tenha êxito assegurado e que seja visível no quadro das lentas e sempre difíceis mudanças estruturais.
4. As hesitações que se detectam na evolução da conjuntura económica internacional, a emergência, e mesmo a afirmação definitiva, de grandes economias asiáticas com um vigor, porventura inesperado, em sectores de elevado potencial tecnológico, e o desafio proposto pelos novos Países da adesão no espaço europeu, são factores adicionais de incerteza que carregam de dificuldades um horizonte pouco propício.
5. O movimento protagonizado por estes últimos Países, para além de introduzir novos factores críticos de enquadramento no plano da integração, não deixa de afastar Portugal do centro e reforçar a sua posição de periferia na dupla vertente política e económica.
6. A descolonização “recentrou” a política externa portuguesa no espaço europeu. Como corolário desta alteração da política externa, a economia portuguesa passou a integrar-se com maior rapidez, assumindo progressivamente maior peso e maior dependência estrutural, neste espaço. O movimento de regresso, a relação profunda e natural que desde sempre, embora com altos e baixos, Portugal manteve com a Europa, por vocação e por determinismo histórico-geográfico e, ainda, a participação de Portugal, desde muito cedo, nos movimentos de integração económica que mobilizaram os Países da Europa Ocidental a partir de meados do século passado, tornaram o nosso País, se dúvidas houvesse, definitivamente, europeu e europeísta. É neste Continente que se joga o essencial do nosso futuro.
7. O “regresso” de Portugal à Europa foi, historicamente, inevitável mas não deixou de ser reforçado nos seus contornos mais significativos por circunstâncias envolventes nas quais se destacam as naturais dificuldades surgidas no percurso que conduziu à modificação radical do relacionamento entre Portugal e as ex-Colónias como consequência do processo de descolonização.

6. Apesar de os primeiros anos após as independências revelarem, com frequência, alguns desentendimentos mais ou menos profundos entre o antigo colonizador e os novos Países de Expressão Portuguesa, foi possível, no essencial, preservar alguns dos aspectos mais importantes de uma herança histórica comum e culminar uma evolução globalmente positiva na constituição, na segunda metade da década de noventa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

1. Porventura uma das áreas em que, apesar das conflitualidades e intermitências, foi possível manter uma relação mais profunda terá sido a economia, ainda que algumas opiniões apressadas tendam a afirmar o contrário. Os anos noventa do último século confirmaram plenamente esta observação, uma vez que Portugal se confirmou, nessa década, como um dos parceiros mais importantes destes Países no âmbito do comércio externo e, também no campo do investimento directo estrangeiro.
2. Um dos Países de Língua Portuguesa onde os aspectos positivos e negativos do perfil das relações com as ex-Colónias mais se acentuam, para o melhor e para o pior, é Angola. Com efeito, quer no campo político-diplomático, quer no campo económico e financeiro a instabilidade das relações tem sido relativamente visível. Tal não encerra qualquer surpresa uma vez que o peso estratégico deste País é, entre todos os que compõem a Comunidade dos Países Africanos de Língua Portuguesa, de longe, o de maior expressão, qualquer que seja o indicador utilizado.
3. Para além desse peso estratégico, no que concerne estritamente às relações com Portugal, não pode ser esquecido o tipo de colonização que foi protagonizada em Angola. Os factores mais decisivos dessa colonização tiveram a ver com o número, o perfil e a atitude da população de origem portuguesa, ou particularmente luso-descendente, nos anos que se seguiram ao eclodir da luta de libertação promovida pelos movimentos que lutaram pela independência.
4. Os factores associados a esta presença, apesar de, em certos momentos, terem sublinhado as relações de conflito, num quadro sempre caracterizado por uma grande complexidade, permitiram que, no essencial, se tivesse preservado um conjunto vasto de elementos (linguísticos, culturais, afectivos) que poderão servir de base ao reforço das relações hoje existentes que são, na sua significativa expressão política, económica, financeira, técnica, tecnológica, incontornáveis.
5. Portugal e a iniciativa portuguesa foram, nos anos do devastador conflito civil que atravessou Angola ao longo das últimas dezenas de anos, uma presença relativamente forte. Poderemos dizer mesmo que, se no campo económico excluirmos o sector do petróleo, enquanto expressão da economia de enclave, Portugal foi, sem grandes dúvidas metodológicas, o maior parceiro de Angola.
6. Para além de Portugal destacam-se, com maior ou menor expressão, em diversas épocas e em diversos sectores (sem qualquer preocupação pela ordem de importância) os Estados Unidos, a África do Sul, o Brasil, a Espanha, a França, o Reino Unido, a Rússia.
7. A importância que estes Países atribuíram e continuam a atribuir às suas relações com Angola tem naturalmente a ver com a importância estratégica que já foi referenciada e esta relaciona-se com o potencial de riqueza que este País inquestionavelmente possui. Este factor relevante está, aliás, na base do aparecimento recente de dois

novos e poderosos actores no quadro das relações externas de Angola: a China e a Índia.

8. O processo de paz iniciado em Fevereiro de 2002 trouxe perspectivas novas e extremamente positivas ao enorme potencial que Angola representa, quer como entidade política, quer como protagonista no campo da economia. Com as novas perspectivas, novos parceiros se posicionam. Simultaneamente, os parceiros tradicionais tendem a reforçar a sua posição e o seu protagonismo no quadro da economia angolana e podem constituir, legitimamente, um importante desafio para os interesses profundos de Portugal na sua relação com a África Subshariana, em geral, e com Angola, em particular.
9. Angola é para Portugal uma oportunidade, designadamente, dos pontos de vista político e económico. Politicamente, em particular no domínio da política externa, quer seja considerada individualmente, quer seja enquadrada no âmbito da CPLP, Angola pode ser argumento de peso na afirmação de Portugal no quadro do processo de construção europeia. Como é vulgar dizer-se, aparentemente, com inteira propriedade: quanto mais Portugal se afirmar no processo da construção europeia mais se afirma na sua relação com a CPLP; quanto mais Portugal se afirmar na sua relação com a CPLP mais possibilidades tem de sublinhar o seu protagonismo na Europa.
10. Para que Portugal possa majorar os eventuais benefícios de tal oportunidade terá, necessariamente de, como parece óbvio, organizar os instrumentos e os meios que tem à sua disposição para, numa altura em que as dificuldades da sua economia são patentes, potenciar as vantagens comparativas que pode ostentar no confronto com os concorrentes que se perfilam no mercado angolano, quer na perspectiva comercial, quer na perspectiva do investimento.
11. Deste ponto de vista poder-se-á dizer que são vantagens comparativas de Portugal neste confronto (i) o relacionamento histórico com Angola (embora esta vantagem possa, por vezes, ser encarada como desvantagem), (ii) o conhecimento ainda razoavelmente aprofundado da realidade humana, geográfica, económica, histórica de Angola, (iii) a capacidade excepcional de relacionamento entre portugueses e angolanos sem prejuízo de zonas de atrito pontuais e específicos, (iv) as perspectivas criadas pela presença em Angola de cidadãos, empresas e outras entidades portuguesas nos anos mais recentes e, simultaneamente, mais difíceis vividos pelo País.
  1. Entretanto, poder-se-á dizer que falta a Portugal (i) peso político e diplomático, (ii) capacidade financeira, (iii) músculo técnico, económico e empresarial para sustentar o confronto com aqueles países e os portadores dos respectivos interesses. Para além desses factores negativos tem que se reconhecer que a cooperação pública portuguesa tem enfermado de várias debilidades (em termos de meios humanos, organização, capacidade financeira), sendo que a maior parte resulta da sua inconsistência temporal. Cada novo governo que chega tenta normalmente refazer quase tudo, e mesmo a mudança do Secretário de Estado titular da pasta da Cooperação pode conduzir a uma radical mudança na política, sem qualquer avaliação

prévia e minimamente independente das linhas de política anteriormente seguidas.

12. A acrescer a estas limitações, que se configuram como um conjunto alargado de desvantagens comparativas, existem ainda no comportamento dos agentes de cooperação portugueses (pertencam eles ao sector empresarial ou a outros sectores) traços marcantes de um individualismo quase atávico que impedem normalmente, na prática, a superação das debilidades estruturais que se assinalam através da junção coordenada e articulada de esforços. Estes impedimentos de raiz comportamental assinalam-se com inusitada e indesejável frequência, quer na cooperação pública, quer na privada.
13. Entretanto, parece ser verdade indiscutível que a defesa dos interesses permanentes de Portugal aconselha a realização coordenada, articulada e pertinaz de um conjunto de acções conduzidas por cidadãos e/ou instituições que permitam alcançar, de facto, objectivos que, por força das vantagens comparativas que se assinalam, estão ao alcance de Portugal e dos portugueses.
14. Assim, no respeito escrupuloso pelos interesses do Estado e dos cidadãos angolanos e das linhas de política definidas pelos representantes legítimos do povo angolano, entende-se que, independentemente dos esforços que têm sido realizados por um conjunto vasto de protagonistas portugueses (Estado, empresas, cidadãos, outras instituições da sociedade civil) parece ser oportuno que seja realizada, de forma sistemática, uma reflexão profunda com carácter eminentemente pragmático, sobre (i) as estratégias de desenvolvimento que estão a ser adoptadas ou poderão vir a ser adoptadas por Angola face ao novo quadro de actuação permitido pelo processo de paz, (ii) o papel que, face à sua experiência e às capacidades de que dispõe pode, no âmbito dessas estratégias, vir a ser desempenhado por Portugal e, designadamente, pelo Estado e as diversas instituições da sociedade civil.